

Marquês de Pombal, arauto do Segundo Império (brasileiro)? Marquês de Pombal, the herald of (Brazilian) Second Empire?

JEAN PIERRE CHAUVIN¹

Resumo: Ao longo do século XIX, a quase totalidade dos manuais dedicados à *História do Brasil* auxiliou a construir, disseminar e sedimentar uma imagem positiva e modernizadora de Sebastião José de Carvalho e Melo, supervalorizando os «acertos» e minorando os «excessos» do ministro de D. José I. Neste artigo, analisa-se o modo como a controversa figura de Pombal passou a ser incorporada à historiografia oficial da nação brasileira, a partir de pressupostos ideológicos acordados pelos sócios-fundadores do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, sob a proteção e patrocínio do imperador D. Pedro II. A validação do Conde de Oeiras, especialmente nos materiais didáticos, obedecia a uma concepção teleológica de fazer História no Brasil, método que persiste na historiografia dos séculos XX e XXI.

Palavras-Chaves: Historiografia; Marquês de Pombal; história do Brasil; recepção.

Abstract: Along the nineteenth century, almost all manuals concerning to the *Brazilian History* helped to build, disseminate and sediment a positive and modernizing image of Sebastião José de Carvalho and Melo, overestimating the «hits» and reducing the «excesses» practiced by the minister of the King D. José I. In this article, we analyze how Pombal's controversial figure was incorporated into the official historiography of Brazilian nation, based on ideological assumptions agreed upon by the founding partners of the Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, under Emperor D. Pedro II protection and patronage. The validation of Conde de Oeiras, especially in didactic materials, obeyed a teleological conception of History, a method that persists in twentieth and twenty-first centuries' historiography.

Keywords: Historiography; Marquês de Pombal; Brazilian history; reception.

¹ Universidade de São Paulo (USP): Escola de Comunicações e Artes; Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

O pôr gente de distinção nestas vilas me tem dado
um grandíssimo cuidado.
(Mendonça, 2005: 54)

Seria um grande erro para com todos os princípios
da Historiografia pragmática, se se desprezassem
as forças dos indígenas e negros importados.
(Martius, 1956: 442)

1. Retroprojeção

O Brasil, que supomos conhecer, também é obra de um conjunto de discurso(s). Mais do que pensar o território, que foi Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, e nome de uma *commodity*, desde o início do século XVI, a história do país está marcada de modo indelével pela ocupação de diferentes lugares, sob variadas modalidades, por povos originários, ludibriados por estrangeiros especializados em rapinagem de terras a que se atribuiu a denominação de «Partes» do Brasil; depois, «Estados» da Coroa portuguesa; «Pátria»; e, finalmente, «Nação» – em tese, moderna, soberana e independente.

Felizmente, os estudos de Alan Manchester (1933), Nelson Werneck Sodré (1965) e H. E. S. Fisher (1971) revelaram, com fartura de provas, o que parte da historiografia brasileira ainda desconhece ou a que finge não conceder importância. A independência política, proclamada em 1822, é uma questão controversa e demandaria cuidadosa reflexão, pois também diz respeito a ambivalências encontradas na historiografia sobre um país que, até bem pouco tempo, estava a discutir a identidade brasileira (ou a projeção dela, a depender

dos interessados). A esse respeito, um notável ponto de inflexão pode ser percebido em *Brasil: Mito fundador e sociedade autoritária*, autêntico contraponto à celebração dos 500 anos da história do país. Nele, Marilena Chaui observava que:

A partir do século XVIII, com as revoluções norte-americana, holandesa e francesa, «pátria» passa a significar o território cujo senhor é o povo organizado sob a forma de Estado independente. Eis por que, nas revoltas de independência, ocorridas no Brasil nos finais do século XVIII e início do século XIX, os revoltosos falavam em «pátria mineira», «pátria pernambucana», «pátria americana»; finalmente, com o Patriarca da Independência, José Bonifácio, passou-se a falar em «pátria brasileira». Durante todo esse tempo, «nação» continuava usada apenas para os índios, os negros e os judeus. (Chaui, 2000: 16)

Para aferir credibilidade ao discurso sobre a constituição da memória nacional, tanto as Letras quanto a História, a Geografia e outras áreas do saber foram acionadas, desde a década de 1830. Um prenúncio disso aconteceu em 1826, quando Ferdinand Denis escreveu sua *História da Literatura Brasileira*, e Almeida Garrett defendeu a substituição dos modelos europeus pelo herói que representasse o espírito e a coloração do Novo Mundo. Daí a eleição do índio como aparente símbolo nacional, tanto por intermédio da Literatura, quanto da História.

Como é largamente sabido, as recomendações de Denis e Garrett repercutiram sensivelmente nos primeiros ideólogos da nação brasileira. Em 1836, um grupo de jovens, capitaneados por Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre, que circulavam em Paris havia alguns anos, editou dois números da *Revista Niterói* e deu início a uma série de obras, a exemplo de *Suspiros Poéticos e Saudades*, que, dentre outras coisas, tematizava as virtudes do índio e atrelava a sua imagem à composição de uma poesia de teor nacionalizante.

Esses gestos (teoricamente patrióticos), celebrados em Paris, antecedem uma série de providências adotadas pelos representantes da Regência e Império brasileiros, para fabricar uma memória do que viria a ser uma versão positivada da História brasileira, com vistas a dar consistência ao projeto civilizatório². Um dos primeiros estudos a resgatar tais episódios subjacentes à memória nacional

—

² «No seu empenho para manter a Ordem e difundir a Civilização, os dirigentes imperiais forjaram instituições, copiaram outras, criaram um corpo de leis, esforçaram-se por difundir as Luzes. À maneira das “Nações Civilizadas”, deram particular importância à organização da Instrução Pública [...]. O primeiro regulamento do Colégio [Pedro II], editado em 1838, seguia o modelo francês, determinando estudos simultâneos e seriados, porque até então o ensino secundário na Corte estava organizado em aulas avulsas» (Mattos, 2000: 33 e 43); «O ensino de História do Brasil está intimamente relacionado ao Colégio Pedro II, instituição criada como estabelecimento oficial do ensino secundário para atender às necessidades de formação de uma elite social, para a qual o projeto civilizatório do Império era especialmente dirigido. [...] A disciplina História teria um importante papel na consolidação do Estado Nacional: o de contribuir para forjar a nacionalidade brasileira» (Santos, 2011: 51).

foi realizado por Maria de Lourdes Haidar, em 1972. Ela lembrava que:

Por Decreto de 2 de dezembro de 1837, converteu-se o Seminário de São Joaquim, antigo Seminário dos Órfãos de São Pedro, no modelar colégio de instrução secundária que, numa homenagem ao futuro imperador, recebeu o nome de *Pedro II*. O Colégio dos Órfãos de São Pedro datava dos tempos coloniais. (Haidar, 2008 [1972]: 96)

Outro estudo decisivo para se compreender melhor a instauração do discurso nacionalista, ao final da década de 1830, é o de Lucia Maria Paschoal Guimarães — *Debaixo da imediata proteção imperial* —, resultado de sua tese de doutorado, veiculada pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1995. A pesquisadora salientava que:

Em meio a tantas crises institucionais e às notícias de revoltas que agitavam o país, a Corte do Rio de Janeiro assistiu, no decorrer de 1838, à instalação de dois importantes centros da Memória Nacional. O primeiro, o Arquivo Público, criado em 2 de janeiro daquele ano, por ato do Ministro Bernardo Pereira de Vasconcellos. O segundo, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, constituído meses mais tarde, em 21 de outubro, tratava-se de um empreendimento de caráter privado, que contava com o patrocínio da Sociedade Auxiliadora, por iniciativa do Marechal Raymundo José da Cunha Mattos e o Cônego Januário da Cunha Barbosa, que justificavam a nova instituição alegando o seu caráter pedagógico, posto que

se destinava a «ministrar grandes auxílios à administração pública e ao esclarecimento de todos os brasileiros». (Guimarães, 2011: 33)

Aceita a hipótese de que a concepção do Brasil se atrelava à reconstituição interessada de seu pretérito, deve-se recordar que certa historiografia obedece a determinadas perspectivas e recorre a métodos de persuasão, com vistas a sensibilizar o leitorado. Em nosso caso, a tarefa ficou a cargo de um conglomerado de intelectuais que sustentavam, ideológica e financeiramente, o IHGB. Valdeci Lopes de Araújo salienta que:

Mesmo admitindo tratar-se de uma tarefa coletiva, Cunha Barbosa não hesitou em estabelecer, desde o início, a escrita de uma História Geral como um dos objetivos centrais do IHGB. Como na «Sociedade dos Acadêmicos Renascidos», tratava-se de um empreendimento coletivo e coordenado, mais do que um gesto de autoria individual. Dividida a história do Brasil em épocas, ficaria mais fácil coordenar o trabalho dos diversos membros. Por isso, o esforço inicial era definir os limites de cada época e os fatos principais a serem relatados. O fundamental era que o programa de uma História Geral partia do pressuposto da preexistência de uma totalidade histórica. (Araújo, 2008: 176)

2. Pombalismo

Na «5.^a» edição «revista e atualizada» da *História do Brasil*, de José Francisco de Rocha Pombo (1857-1933), publicada em 1948, há

um «Prefácio» sem identificação que enaltece «o trabalho», a «modéstia» e o «amor à verdade» do autor paranaense. A certa altura, o leitor se depara com um subcapítulo intitulado «A obra do Marquês de Pombal», que comporta afirmações vizinhas do anedótico: «D. José I era uma criatura perfeitamente medíocre, de todo incapaz de ação, e só tendo gosto para os regalos e as aventuras escusas. Deu graças quando logo encontrou um homem a quem entregar o reino» (Rocha Pombo, 1948: 307).

Quer dizer, embora as premissas anunciadas no paratexto reafirmassem o comprometimento do autor e a veracidade do que ia no livro, a seção dedicada a Pombal repisava um conjunto de hipóteses questionáveis, construídas desde o início do século XIX no país. Afora isso, os elogios à destreza e ao caráter enérgico do primeiro ministro implicavam o apagamento do rei e lhe atribuíam postura, no mínimo, discutível. A suposta letargia e carolice de José I contrapunha-se ao dinamismo e à força do secretário do reino, que teria assumido o comando virtual da Coroa desde que colocado à prova por ocasião do terremoto lisboeta de 1755.

O historiador respalda-se na tradição e se filia à *auctoritas* do gênero em que escreve a sua versão dos acontecimentos. Escorado no historiador inglês Robert Southey, Rocha Pombo sustentava que «[Pombal] possuía em alta dose o orgulho nacional que distingue

os portugueses, e tinha robusta fé nos seus próprios talentos e força de caráter» (Rocha Pombo, 1948: 309). Relevando o temperamento irascível e o caráter despótico das ações implementadas pelo primeiro ministro do rei, o autor privilegiava seus feitos, isentando-o das controvérsias que cercavam o seu nome e comprometiam a sua imagem, como se se tratasse de um homem de *ethos* inoxidável, ponderado no proceder.

Essa visão condescendente de Sebastião José – nomeado Conde de Oeiras, em 1759, e Marquês de Pombal, em 1769 – foi marca registrada de certa concepção que pautou os livros didáticos produzidos no Brasil entre meados do século XIX e a segunda metade do século XX. É o que se percebe claramente no *Compêndio da História do Brasil*, do general Abreu e Lima, editado em 1843:

Apesar do quanto se imputa a Pombal, não era ele menos suscetível de conceber grandes ideias, de dispor com madureza vastos planos e de apressar a conclusão deles. Restabeleceu o comércio e a este respeito lhe deveu Portugal vantagens reais. Este Ministro, homem de Estado, não hesitou em atacar às claras os vergonhosos tratados concluídos com a Inglaterra [...]. (Abreu e Lima, 1843: 234-235)

Com pequenas variações, esse discurso embalou os manuais publicados décadas depois, sempre a validar as decisões a mando de Pombal, como se nota na oposição entre os interesses dos jesuítas e da Coroa portuguesa,

no *Compêndio de História do Brasil*, do padre Raphael Galanti, publicado em 1896:

Mais tarde, porém, afirmam os mesmos autores, arrastados, os sucessores desses apóstolos [jesuítas], pela ambição e cobiça, começaram a proteger os índios, chegando até ao excesso de lhes dizer que a terra era deles! Ofenderam deste modo os colonos cujos interesses prejudicavam, merecendo afinal serem expulsos pelo marquês de Pombal.

Parece-nos, por conseguinte, do maior alcance para a história verdadeira estudar com alguma diligência a vida dos primeiros missionários do nosso país ponderando suas relações com os índios e os colonos. (Galanti, 1896: 207-208)

Enquanto o general elogiava as ações de Pombal, com vistas a livrar a Coroa do jugo inglês – «Era por sábios regulamentos, e vivificando o comércio, que Pombal fazia florescer o Brasil» (Abreu e Lima, 1843: 236) –, o padre justificava a expulsão da Companhia de Jesus devido à suposta aliança simétrica entre índios e jesuítas. Escritos no intervalo de 53 anos, ambos os historiadores reiteravam que se tratava de relatos orientados pela verdade dos fatos. Evidentemente, não se tratava de manuais isentos, mesmo porque ambos interuseram argumentos com o fito de persuadir o consulente sobre os benefícios econômicos e virtudes civilizatórias catalisadas pelo primeiro ministro de D. José I.

Um dos saldos dessa trajetória ufanista, antes do tempo, atribuída ao país através dos ma-

nuais didáticos ao longo de um século e meio, provavelmente cristalizou a imagem quase sempre positiva de Pombal, que passou de símbolo português a uma espécie de patriarca brasileiro antecipado. Não seria demasiado lembrar que o Brasil não existe como nação³ antes de 1822, como assinalam diversos historiadores. Em capítulo publicado recentemente, Vera Lucia Queiroz Andrade salienta o fato de que:

Durante o Império, desde o início da tarefa de construção da nacionalidade brasileira, o discurso de legitimação da monarquia levou políticos/intelectuais a formularem um projeto civilizatório de Nação, comprometido com o perfil identitário branco-europeu e cristão idealizado para os trópicos [...]. A educação no Brasil monárquico teve seu lugar demarcado no projeto civilizatório do Império de consolidação do Estado/Nação, sendo concebida como instrumento social de moralização dos indivíduos, garantia da ordem e caminho para o progresso. (Andrade, 2016: 102-104)

==

³ «A constituição dessa biografia [da nação] é uma tarefa de gerações, de tal forma que ao passar do tempo, à força de constante repetição desde as primeiras letras até os bancos da universidade, com graus variados de acuidade e sofisticação, forjam-se determinados estereótipos, determinados temas que passam a ter um peso suficientemente marcante para dar consistência a um corpo que há pouco não existia. Aos poucos passa-se de hipóteses, suposições e afirmações, e a colônia é posta como antecedente da nação. Constroem-se histórias nacionais e uma “história geral” passa por um somatório dessas histórias nacionais. A partir dessa perspectiva a época colonial perde sua historicidade e passa a ser um ‘momento’ da história nacional» (Silva, 1997, p. 14).

Sob esse aspecto, não haveria maior razão para enxergar em Sebastião José de Carvalho Melo papéis administrativos ou políticos que não lhe couberam, especialmente porque ele representava exclusivamente os interesses da Coroa portuguesa. Curiosamente, a atuação do ministro de D. José I foi muitas vezes descrita como augúrio do Império brasileiro. Atrelado à historiografia nacional, Pombal foi equivocadamente retratado como anunciador do Brasil pós-independência: espécie de degrau histórico que teria acelerado o ritmo de Portugal, colocando-o em sincronia com as demais civilizações da Europa.

Séculos XIX e XX adentro, esse ideário positivo das Reformas Pombalinas foi reproduzido em diversos manuais de *História do Brasil*. Eis que o empenho de pesquisadores menos levianos (e mais responsáveis) ajudaram a rever criticamente a extensa documentação relativa à capitania das Minas Gerais, na segunda metade do Setecentos luso-brasileiro. O exame desses manuais comprova que, salvo louváveis exceções, foi especialmente a partir dos anos de 1970 que a imagem favorável a Pombal passou a ser colocada em questão pelos pesquisadores brasileiros.

Nesses casos, frequentemente os estudos realizados no país reverberavam o trabalho sério (e desprovido de lastro pseudonacionalista) realizado por historiadores estrangeiros, que induziram os pesquisadores daqui a rever os limites do ideário comtiano, a con-

tradição entre o liberalismo econômico e o regime escravista, sem contar as fórmulas em louvor dos «avanços», no ensino, no comércio e na lei, atribuídos aos comandos do estadista português.⁴

Com vistas a discutir a imagem de Pombal, repisada ao longo do século XIX no Brasil, percorrem-se manuais didáticos, cujos conteúdos se relacionavam diretamente a atores descritos de modo grandiloquente, transformados em protagonistas a liderar episódios de alcance superestimado. Determinados homens e eventos passaram a adornar a História do Brasil com grandes feitos, a despeito de que os autores proclamassem estar comprometidos com a fidelidade aos fatos, empreendidos pelo «espírito» de homens industriais e teoricamente convictos, religiosa e politicamente.

Parece sintomático que, nesses manuais, a dicção dos historiadores se aproximasse do discurso atinente às epopeias que circularam nos Estados do Brasil, Maranhão e Grão-Pará entre os séculos XVII e XVIII: dado que corro-

⁴ Dentre os primeiros trabalhos mais relevantes, que adotaram perspectiva crítica em relação ao período pombalino, assinalam-se *As reformas pombalinas da Instrução Pública*, de Laerte Ramos de Carvalho (1952). Mais recentemente, destaca-se *A época pombalina no mundo luso-brasileiro* – coletânea organizada por Francisco Falcon e Claudia Rodrigues (2015) – e a compilação *Jesuítas e Ilustração: rupturas e continuidades*, editada por José Eduardo Franco, Karl Heinz Arenz, Luiz Eduardo Oliveira e Maria Regina Barcelos Bettiol (2019) – que congrega numerosos pesquisadores oriundos de Portugal e do Brasil, pautados pela rediscussão do lugar e da atuação do poderoso ministro português.

bora a necessidade de reler os manuais com redobrada atenção, a fim de revelar determinados artifícios empregados pelos autores – teoricamente, ciosos de transmitir intenções sinceras ao consulente. Vejamos o que e como escrevia o romancista Joaquim Manuel de Macedo em 1860, ao assumir a cadeira de *História do Brasil*, no colégio Pedro II:

Os holandeses, apesar da má fortuna que tinham experimentado em 1625, não perdiam de vista o Brasil [...] entrou o audacioso almirante Pieter Hayn duas vezes no porto da Bahia, primeiro em 1627 e depois em 1628, tomando muitos navios mercantes, e naquele último ano, avançando para o recôncavo, onde em Peitinga, o valente capitão Padilha morreu combatendo contra ele. (Macedo, 1898: 154)

Ao assumir a *persona* de historiador, Joaquim Manuel de Macedo recorre a adjetivos e advérbios, tanto para enaltecer o vício do invasor («audacioso almirante»), quanto para realçar a virtude do defensor português («valente capitão»). A intercalação das frases, no parágrafo, permite ao autor acumular informações que considera relevantes (datas e nomes dos atores envolvidos), com o intuito não só de instruir os pupilos do colégio, mas persuadi-los de que os dados passaram pelo crivo da verdade. Quanto a Pombal, o professor atribui a ele evidente protagonismo, a referendar os seus feitos:

Falecendo D. João V a 31 de julho de 1750, sucedeu-lhe no trono de Portugal, D. José I, seu filho, que chamou ao seu conselho o célebre

Sebastião José de Carvalho e Melo, posteriormente conde de Oeiras e marquês de Pombal (neto de uma brasileira), notável estadista, cujo nome jamais será esquecido. (Macedo, 1898: 255)

Acresce que, se por um lado, a imagem positiva de Pombal servia ao propósito nacionalista de D. Pedro II, a sugerir que o Estado brasileiro independente continuava a marcha evolutiva iniciada pelo então ministro de D. José I, por outro, escamoteava-se a tensão entre o espírito autoritário do estadista e as primeiros gestos ditos «libertários» (ou creditados como «revolucionários») no Brasil, meio século antes de o território vir a se constituir efetivamente como nação.

Ora, o primeiro equívoco relacionado aos manuais de história residia em considerar «nacional» o Estado do Brasil, décadas antes da emancipação oficial da antiga colônia portuguesa, graças ao forte empuxo inglês – como demonstraram Alan K. Manchester, em *Preeminência inglesa no Brasil*; Nelson Werneck Sodré, com *As razões da Independência*; e H. E. S. Fisher, no seu *De Methuen a Pombal*.⁵ O se-

==

⁵ «Em 1580, Filipe II submeteu Portugal ao domínio espanhol, mas em 1640, o duque de Bragança iniciou uma revolta para libertar o seu país do controle da Espanha. Lisboa, lutando pela independência e perturbada pelos ataques dos holandeses às ricas pilhagens vindas das colônias, pediu auxílio à Inglaterra, e enviou uma comissão a Londres para negociar um tratado que reconhecesse a recém-proclamada [portuguesa]» (Manchester, 1973: 18). «Desde a data em que foi firmado, [o Tratado de Methuen] foi também combatido. Em Portugal, a gente do tempo não poupou os que se haviam envolvido nas negociações.

gundo lapso metodológico estava em exprimir (quando não reproduzir) impressões sobre o estadista português sem, ao menos, consultar a vasta documentação que ele assinou.

3. Revisão

De extração humilde e origem incerta (Azevedo, 1990; Bessa-Luís, 1990; Maxwell, 1996; Branco, 2014; Chauvin, 2016), Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782) foi alçado a fidalgo (e depois, nobre) por manobra dos familiares, conforme salientam seus biógrafos. Se nos manuais de maior extensão e fôlego, Pombal é retratado invariavelmente como promotor da monarquia, nos pequenos livros de História ele é figurado sumariamente, ao modo de uma caricatura às avessas, já que representado com sinal positivo. De maneira similar ao que aconteceu com os manuais de historiografia literária, o país foi pintado como nação pujante, econômica, política, cultural e socialmente, vocacionado para superar o es-

==

Suspeitas de suborno foram divulgadas. [...] Severas críticas mereceu o tratado, mesmo em documentos oficiais, ainda ao tempo em que foi firmado. Entre elas, a que lhe fez o representante português em Londres, D. Luís da Cunha. Herdeiro das ideias do conde da Ericeira, partidário das opiniões de Colbert, D. Luís da Cunha manifestou-se contrário às facilidades concedidas ao ingresso dos panos ingleses em Portugal, onde prejudicariam o desenvolvimento das indústrias nacionais correspondentes» (Sodré, 1969: 8-9). «A contribuição do Brasil para a “revolução comercial” inglesa tem sido igualmente negligenciada pelos historiadores. Esta negligência resulta não apenas das estatísticas comerciais inglesas, que não registram qualquer comércio com o Brasil nem mostram a importância do comércio luso-brasileiro para o comércio entre Portugal e a Inglaterra, mas também das indicações superficiais da sua importância» (Fisher, 1984: 22-23).

tágio «medieval» e romper com a filiação a antiga matriz portuguesa, em direção ascendente rumo ao futuro da ordem e do progresso.

É ponto pacífico da historiografia crítica que a composição das *Histórias do Brasil* coincide cronologicamente com a fundação do IHGB, e adere ideologicamente ao empenho do Império em aferir caráter nacionalista ao discurso oficiado por um punhado de sócios, e demais protegidos, interessados em repercutir a propaganda imperial, o credo católico e dar vulto a certos protagonistas da historiografia nacional. Assim como a literatura brasileira constitui invenção do século XIX, que avança ideias revolucionárias e sentimentos patrióticos antes do tempo — experienciadas por um punhado de atores de origem e mentalidade portuguesa —, os manuais de História do Brasil ajudaram a forjar um discutível *continuum* temporal e ideológico, em que episódios mais ou menos graves foram considerados marcos disruptivos e índices de evolução do povo.

Quer dizer, o que poderia ser compreendido como contradição da História portuguesa, durante o reinado de D. José I (1750-1777), passou a representar ações meritórias que espelhariam a transição entre o estágio colonial e o emancipado. Houve, nos manuais de História, uma espécie de «aclimatação» do ministro, quando não a sua incorporação ambivalente à pré-história do Brasil — ana-

cronismo pretensamente justificado pelos eventos transcorridos meio século depois.

De maneira geral, o estadista português tomava parte da historiografia do Segundo Império, mediado pela sobrevivência dos indígenas, agora catapultados à condição de símbolo nacional. O Tratado de Madri, firmado em 1750, foi citado em todos os manuais de História do Brasil que circularam no século XIX, como se vê nos *Episódios de História*, de J. C. Fernandes Pinheiro, editado pela primeira vez em 1859:

Profunda sensação causou nos gabinetes de Lisboa e de Madrid a conduta dos jesuítas. Incontestável era a sua influência sobre o espírito dos índios, e evidentes provas se haviam colhido que só deles partira a iniciativa e a direção da revolta. Sentava-se n'essa época no sólio lusitano D. José I, e guiava o baixel da monarquia o enérgico e ilustrado ministro marquês de Pombal, que de há muito anelava por abater o domínio da Companhia, votando-lhe profundo ódio. Como hábil político, aproveitou-se o poderoso ministro da oposição dos jesuítas ao tratado de 1750 para, adicionando-a a outras causas, fazer decretar a supressão da ordem em Portugal e suas conquistas pelo alvará de 3 de setembro de 1759. (Pinheiro, 1866 [1859]: 167)

Preterido por D. João V, de acordo com seus biógrafos, Sebastião José seria requisitado como secretário do reino por D. José I. Esse dado comparece a diversos manuais voltados para o ensino formal. Dado curioso, os excertos a seguir sugerem que determinadas

informações foram replicadas em boa parte deles, talvez a espelhar o que era ensinado no colégio Pedro II – instituição paradigmática do ensino. Eis como Américo Brasiliense retrata a chegada de Sebastião José:

Morto D. João V, subiu ao trono D. José I. Seu reinado tornou-se notável pelos atos do seu ministro o marquês de Pombal. Foi este estadista que animou o comércio, formando companhias, rivais do monopólio inglês; atacou os tratados com a Inglaterra, promulgou medidas salutares, subtraiu Portugal à influência britânica. Confiou a repartição do sul do Brasil a Freire de Andrade, e a do norte a seu irmão. (Brasiliense, 1876: 118)

Publicada em 1854, a *História Geral do Brasil*, de Francisco Adolfo de Varnhagen⁶, talvez tenha inspirado os termos que apareceram nos demais manuais:

E havendo El-Rei D. José, por morte de seu pai D. João V, subido ao trono, meses depois

de ratificar-se o tratado, [...] [chamou] a seus conselhos o célebre ministro Carvalho (que se achava em Lisboa de volta das suas missões em Londres e em Vienna), mais conhecido pelo título que depois teve de marquês de Pombal. (Varnhagen, 1877: 915)

A formulação de Varnhagen parecia reverberar no manual de Antônio Alves Coruja:

Por morte de D. João V em 1750, lhe sucedeu seu filho D. José I, cujo reinado se tornou memorável pela administração do Marquês de Pombal, a quem El-Rei muniu de grandes poderes, prestando absoluta confiança a seus atos. Se muito lhe deve Portugal, e especialmente a cidade de Lisboa pelas suas enérgicas providências por ocasião do terremoto de que foi vítima em 1.º de novembro de 1755; não menos lhe deve o Brasil pela animação que deu ao seu comércio, navegação, indústria e agricultura; e sobretudo pelas ordens e decretos que expediu em favor da liberdade dos índios, sua emancipação e manutenção de seus bens. (Coruja, 1877: 133)

Com ligeira alteração na composição do retrato de Pombal, João Pedro Xavier Pinheiro encontrou outro modo de referir o acontecimento:

Nos primeiros tempos do reinado de D. José foi o marquês de Pombal chamado à direção dos negócios públicos. Este estadista, famoso por eminentes talentos e ainda mais pelo fervoroso desejo de melhorar o seu país e tirá-lo do abatimento em que jazia, depois de atos em que provou sua alta capacidade, teve por conveniente e até necessário guerrear os jesuítas,

⁶ «O trabalho de Varnhagen pode hoje ser visto como uma busca da nação no Brasil de meados do século XIX. Acontece que, aqui, ao contrário do que acontecera na França, Inglaterra ou mesmo nos Estados Unidos, havia o Estado, mas a Nação ainda não tinha se organizado. A especificidade da colonização portuguesa, a rala presença de imigração de grupos familiares (que só começaria a ganhar peso em fins do século XIX), a continuação do trabalho escravo, a ausência de comércio interno significativo são alguns dos fatores que retardaram algo que se pudesse considerar uma nação no sentido moderno da palavra. Por outro lado, a emancipação política do Brasil dá-se de forma muito particular, liderada que foi pelo próprio filho do rei de Portugal e com a anuência deste, em 1822. Uma transição sem mudança, típica de um país que não reforma, concilia» (Pinsky, 2017: 13-14).

os quais lhe antolhavam como um obstáculo aos seus desígnios. (Pinheiro, 1880: 277-278)

A seu turno, Luís Queirós de Mattoso Maia parecia fazer coro aos termos de Varnhagen:

A D. João V, falecido em 31 de julho de 1750, sucedeu seu filho D. José I, cujo reinado constitui uma das épocas mais importantes da história de Portugal, por causa da administração do célebre ministro Sebastião José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras (junho de 1759), e Marquês de Pombal (17 de setembro de 1770). Da mesma forma que Luís XIII em França tinha-se resolutamente confiado no tino político e administrativo do Cardeal Richelieu, assim D. José I, depois de ter reconhecido os dotes governamentais do seu ministro Carvalho e Mello, entregou-lhe a direção da administração pública. (Maia, 1891: 216)

Quase o mesmo se pode afirmar de Villa-Lobos, cujo manual apareceu alguns anos à frente.

D. José I sucedeu no trono de Portugal a seu pai D. João V, falecido a 31 de julho de 1750. A não ser sua luminosa ideia chamando o notável político Sebastião José de Carvalho e Mello, conde de Oeiras e depois marquês de Pombal, para fazer parte da administração de Portugal, ter-se-ia este país, antes de completar os 26 anos do seu reinado, despenhado no abismo para onde a passos largos caminhava. (Villa-Lobos, 1896: 106)

Como se disse, os registros iniciais sobre a História do Brasil foram artigos veiculados pela

Revista do IHGB, no final da década de 1830. De modo geral, eles se pautavam pelo elogio do Império, em fidelidade com a Santa Igreja Católica e a forja da nação, super endividada e recém independente.

Com exceção de alguma ressalva, que Francisco Adolfo de Varnhagen registrara na primeira edição de sua *História Geral do Brasil*, em 1854, esse conjunto de ensaios parece ter orientado a dicção dos autores que produziram manuais sobre o país, nos moldes prescritos por Karl von Martius⁷. Na síntese de Patrícia Valim:

A centralização política [...] passou a ser o objetivo prioritário para o Regresso conservador, estabelecendo-se, assim, instituições fundamentais para «corrigir» a orientação descentralizadora do período regencial. Nesse empuxo, criaram-se instituições como: o colégio Pedro II, o Arquivo Público do Império e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838 [...], tanto a literatura quanto a historiografia nacional, forjadas a partir do Rio de Janeiro, inserem-se num mesmo processo, segundo o qual os homens de letras procurarão usar a cultura com objetivos práticos: organizar a hegemonia do Estado brasileiro e promover o progresso material da nação sem, contudo, tocar na questão do escravismo. (Valim, 2007: 126-127)

⁷ «Nos pontos principais a história do Brasil será sempre a história de um ramo de portugueses; mas se ela aspirar a ser completa e merecer o nome de uma história pragmática, jamais poderão ser excluídas as suas relações para com as raças etiópica e índia» (Martius, 1956: 454).

Hoje se sabe que a concepção dos autores passava pelo ideário defendido pelo Império e replicada pelos membros do IHGB, sob o olhar benévolo de D. Pedro II. De modo análogo ao que sucedia na Literatura, a historiografia propagava os ideais defendidos pelo governo⁸. Portanto, no que diz respeito à escrita da História nacional, se a nossa intenção é situar a figura de Pombal com a maior precisão possível, seria imprescindível realizar um movimento duplo.

De um lado, haveria necessidade de revisitar os tratados, decretos, cartas e demais documentos atribuídos ao Ministro de D. José I. De outro, cotejar os manuais de História do Brasil, que circularam no país enquanto durou o regime imperial, tendo em vista contrabalançar alguns estereótipos aderidos à imagem superestimada do estrategista e mecenas português. Essas e outras questões foram discutidas com parcimônia. Seria escusado lembrar a obviedade de que Pombal não previu a Independência do Brasil Colônia, nem aderiu aos portugueses nascidos no Estado do

==

⁸ «Após o estabelecimento da agremiação no Paço Imperial, de fortalecer a figura do menino-imperador com pompa e circunstância através de comemorações dos natalícios imperiais, da cerimônia do beija-mão, entre outras, os sócios do IHGB, sob a pena de seu secretário perpétuo, o cônego Januário, decidiu oferecer um prêmio de 200\$000rs para quem apresentasse o melhor “plano de se escrever a história antiga e moderna do Brasil...” [...]. [A] comissão julgadora decidiu que a memória apresentada por Karl von Martius (1794-1868) serviria como modelo para futuros trabalhos apresentados ao IHGB» (Valim, 2007: 129-130).

Brasil. Tampouco as reformas que capitaneou impediram que resquícios da mentalidade reinol portuguesa persistisse nos séculos subsequentes, em nome da mitra, do ouro e do trono. Até meados do século XVIII, ainda eram consideradas virtudes os modos e artifícios que conferiam discrição aos súditos da Coroa. Como bem observa João Adolfo Hansen:

Agudeza, prudência, dissimulação, aparência e honra constituem a discrição. Nas monarquias absolutistas do século XVII, principalmente nas ibéricas, a discrição é padrão nuclear da racionalidade de corte que define o cortesão, proposto para todo o corpo político do Estado como o modelo do *uomo universale*, o homem universal, como dizia Castiglione no século XVI. Nas práticas de representação, a discrição é categoria intelectual que classifica ou especifica a distinção e a superioridade de ações e palavras, aparecendo figurada no *discreto*, que é tipo ou personagem dos processos de interlocução. (Hansen, 2019: 104)

Durante o século XIX, princípios e valores que orientavam as sociedades de Antigo Estado seriam emulados, quase sempre sob a forma de pastiche, pela incipiente burguesia brasileira, latifundiária, rude e escravista. Para um país recém-independente, pareceu fundamental forjar uma historiografia de cunho nobilitante e nacionalista, escrita por «homens bons», quase sempre brancos, poderosos e bem-vistos pelos representantes do Império, com que mantinham relações utilitárias, quase nunca pautadas por gestos de discreta nobreza.

A análise dos manuais supracitados indica que, no XIX, seria tarefa inglória localizar livros sobre a *História do Brasil* que apresentassem uma imagem mais isenta de Sebastião José de Carvalho e Melo. Na quase totalidade deles, Pombal não só foi favorecido, mas também caracterizado como estadista que reergueu Lisboa, a partir dos escombros de 1755, e, tomando a dianteira do rei D. José I, teria reorientado a História do Brasil, meio século antes de proclamada sua (relativa) independência política.

Bibliografia

- ABREU E LIMA, J.I. (1843). *Compêndio da história do Brasil (com retratos)*. 2 ts. Eduardo e Henrique Laemmert. Rio de Janeiro;
- ANDRADE, V.L.C.Q. (2016). Colégio Pedro II — patrimônio e lugar de memória da educação brasileira. Em: GASPARELLO, A.M. e VILLELA, H.O.S. (org.). *Educação na história: Intelectuais, saberes e ações instituintes*. Mauad. Rio de Janeiro;
- ARAÚJO, V.L. (2008). *A experiência do tempo: Conceitos e narrativas na formação nacional brasileira (1813-1845)*. Aderaldo & Rothschild. São Paulo;
- AZEVEDO, J.L. (1990). *O Marquês de Pombal e a sua época*. (2.^a ed). Clássica Editora. Lisboa;
- BESSA-LUÍS, A. (1990). *Sebastião José*. Nova Fronteira. Rio de Janeiro;
- BRANCO, C.C. (2014). *Perfil do Marquês de Pombal*. Plátano Editora. Lisboa;
- BRASILIENSE, A. (1876). *Lições de história pátria*. Typographia da Província. São Paulo;
- CARVALHO, L.R. (1978). *As reformas pombalinas da instrução pública*. Edusp/ Saraiva. São Paulo;
- CHAUVIN, J.P. (2016). Marquês de Pombal: Retrato sem moldura. *Revista de Estudos de Cultura* (Universidade Federal do Sergipe). **4**: 53-73;
- CORUJA, A.A.P. (1877). *Lições da história do Brasil adaptadas à leitura das escolas*. Typographia do Figaro, de Aguiar e Vellozo. Rio de Janeiro;
- FALCON, F. e RODRIGUES, C. (org.). (2015). *A «Época Pombalina» no mundo luso-brasileiro*. FGV. Rio de Janeiro;
- FISHER, H.E.S. (1984). *De Methuen a Pombal: O comércio anglo-português de 1700 a 1770*. Trad. de Joaquim Duarte Peixoto. Gradiva. Lisboa;
- FRANCO, J.E., AREZ, K.H., OLIVEIRA, L.E. e BETTIOL, M.R.B. (org.). (2019). *Jesuítas e Ilustração: Rupturas e continuidades*. Editora Unisinos. São Leopoldo;
- GALANTI, R.M. (1896). *Compêndio de história do Brasil*. t. I. (3.^a ed.). Typographia da Industrial. São Paulo;
- GUIMARÃES, L.M.P. (2011). *Debaixo da imediata proteção imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838 – 1889)*. (2.^a ed.). Annablume. São Paulo;
- HANSEN, J.A. (2019). O Discreto. Em: C.A. Cunha e M. Laudanna (orgs.). *Agudezas seiscentistas e outros ensaios*. Edusp. São Paulo;
- LACERDA, J.M. (1923). *Pequena história do Brasil por perguntas e respostas*. Garnier. Rio de Janeiro;
- MACEDO, J.M. (1898). *Lições de história do Brasil para uso das escolas de instrução primária*. H. Garnier. Rio de Janeiro;
- MAIA, L. de Q.M. (1891). *Lições de história do Brasil proferidas no internato do Gymnasio Nacional*. (3.^a ed.). B.L. Garnier. Rio de Janeiro;
- MANCHESTER, A.K. (1973). *Preeminência inglesa no Brasil*. Tradução de Janaína Amado. Brasiliense. São Paulo;
- MARTIUS, K. (1956). Como se deve escrever a História do Brasil. *Revista de História de América*, **42**: 433-458;
- MATTOS, S.R. (2000). *O Brasil em Lições: A história como disciplina escolar em Joaquim Manuel de Macedo*. Access. Rio de Janeiro;

- MAXWELL, K. (1996). *Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo*. (2.^a ed.). Tradução de Antônio de Pádua Danesi. Paz e Terra. Rio de Janeiro;
- MENDONÇA, M.C. (2005). *A Amazônia na Era Pombalina*. t. III. Edições do Senado Federal. Brasília;
- PINHEIRO, J. C. F. (1866). *Episódios da história pátria contados à infância*. (4.^a ed.). Garnier. Rio de Janeiro;
- PINHEIRO, J.P.X. (1880). *Epítome da história do Brasil desde o seu descobrimento até a conclusão da guerra do Paraguai*. (7.^a ed.). Eduardo & Henrique Laemmert. Rio de Janeiro;
- PINSKY, J. (2017). Nação e ensino de história no Brasil. Em: PINSKY, J. et al. (org.). *O ensino de história e a criação do fato*. (14.^a ed., 3.^a reimp.). Contexto. São Paulo;
- ROCHA POMBO, F. (1925). *História do Brasil* (com muitos mapas históricos e gravuras explicativas). Melhoramentos. São Paulo;
- SANTOS, B.B.M. (2011). *O currículo da disciplina escolar História no Colégio Pedro II – a década de 1970 – entre a tradição acadêmica e a tradição pedagógica: A história e os estudos sociais*. Mauad/Faperj. Rio de Janeiro;
- SILVA, R.F. (1997). *Colônia e nativismo: A história como «biografia da nação»*. Hucitec. São Paulo;
- SODRÉ, N.W. (1969). *As razões da Independência*. (2.^a ed.). Civilização Brasileira. Rio de Janeiro;
- VALIM, P. (2007). *Da sedição de mulatos à Conjuração Baiana de 1798: A construção de uma memória histórica*. Dissertação de Mestrado. Departamento de História da FFLCH/USP. São Paulo;
- VARNHAGEN, F.A. (1877). *História Geral do Brasil antes de sua separação e independência de Portugal*. t. II. (2.^a ed.). Laemmert. Rio de Janeiro;
- VILLA-LOBOS, R. (1896). *História do Brasil (Resumo Didático)*. (4.^a ed.). Laemmert. Rio de Janeiro.